



**Escola Nacional de
Administração Pública**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS
ASSENTAMENTOS MARÉ E AJUDANTE NO MUNICÍPIO DE
ALIANÇA-PE**

Autor(es): Carolina Maria de Moura Freitas

Graduando em: Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Período: 2019

Email: carolinammfreitas@gmail.com

Instituição de Ensino: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP

Orientadora: Maria Lúcia de Oliveira Falcón

RESUMO

A agricultura familiar representa grande parte dos alimentos que estão presentes nas mesas dos brasileiros e tem considerável peso na economia dos municípios, principalmente nos pequenos, como é o caso da cidade de Aliança em Pernambuco, no entanto, os pequenos agricultores enfrentam dificuldades tanto no que diz respeito à produção e a comercialização dos seus produtos face aos grandes produtores, pouco acesso à capacitação técnica, insumos e irrigação. Desta forma, como fomentar o desenvolvimento social e econômico nos assentamentos da reforma agrária? Como reduzir as desigualdades e aumentar a renda das 95 famílias de 2 dos assentamentos do município de Aliança – PE? Segundo o olhar dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, este Projeto de Intervenção propõe parcerias estratégicas para implementação de ações voltadas ao diagnóstico social e econômico, capacitação técnica, fomento das parcerias, inclusive com as instituições financeiras, dentre outras ações. Desta forma, podemos concluir que para a promoção do desenvolvimento sustentável dentro dos assentamentos da reforma agrária, faz se necessária a aplicação e o acesso integrado às políticas públicas já existentes no âmbito da agricultura familiar, bem como, trabalhar de forma colaborativa entre os entes públicos e privados.

Palavras-chaves: Reforma Agrária; Agricultura Familiar; Pobreza Rural; Desenvolvimento.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Aliança – PE.....	6
Figura 2 – Mapa Rede Timbaúba – PE.....	8
Figura 3 - Figura do ASPIL.....	12
Figura 4 - Mapa Institucional	22

LISTA DE ABREVIACOES

ADDIPER- Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

APAC - Agência Pernambucana de águas e Clima

ASPIL - Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

ENAP - Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Escola Nacional de Administração Pública

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

PAC2 - Programa de Aceleração do Crescimento - 2ª etapa

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio s Micro e Pequenas Empresas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 PROBLEMA.....	10
3 JUSTIFICATIVA.....	13
4 OBJETIVOS.....	15
4.1 Objetivo geral.....	15
4.2 objetivos específicos.....	15
5 REVISÃO DE LITERATURA.....	17
6 METODOLOGIA.....	20
7 CRONOGRAMA.....	23
8 RECURSOS NECESSÁRIOS PROVISÓRIOS ESTIMADOS.....	25
9 RESULTADOS ESPERADOS.....	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXOS.....	30

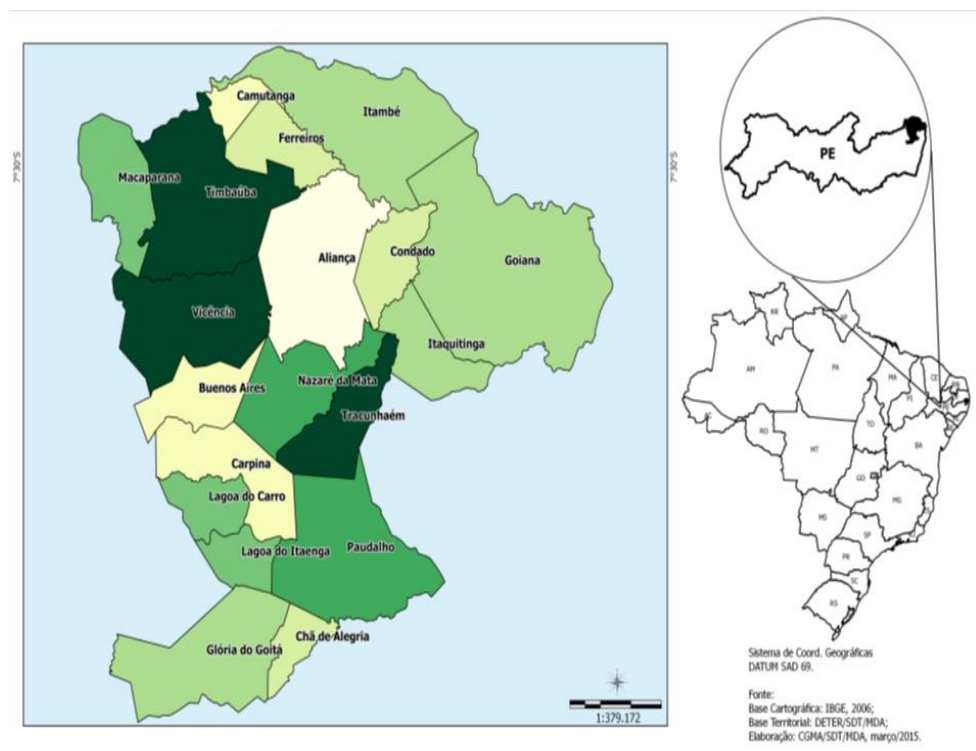
1 INTRODUÇÃO

A motivação para a elaboração deste Plano de Intervenção surgiu à partir do projeto intitulado de “Projeto Feira Livre de Aliança” (SEBRAE, 2018), onde a gestão municipal, junto ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADDIPER), capacitaram e fomentaram o empreendedorismo de agricultores e feirantes do município.

Para a elaboração de um relatório diagnóstico foram realizadas visitas técnicas aos assentamentos da agricultura familiar, detectando pontos fracos e fortes dos referidos assentamentos no que tange à capacidade produtiva da agricultura familiar.

Como requisito para conclusão do curso de *Especialização em Desenvolvimento Local e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)*, este Projeto de Intervenção - PI vem tentar identificar e aplicar ações para fomentar o desenvolvimento sustentável nos assentamentos Maré e Ajudante no município de Aliança - PE (figura 1).

Figura 1 – Mapa do município de Aliança – PE



Fonte: IBGE 2000

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), cerca de 70% dos alimentos consumidos nos lares brasileiros são provenientes da agricultura familiar, vale salientar, que a importância expressiva da agricultura familiar é um fenômeno mundial (BOJANIC, 2017).

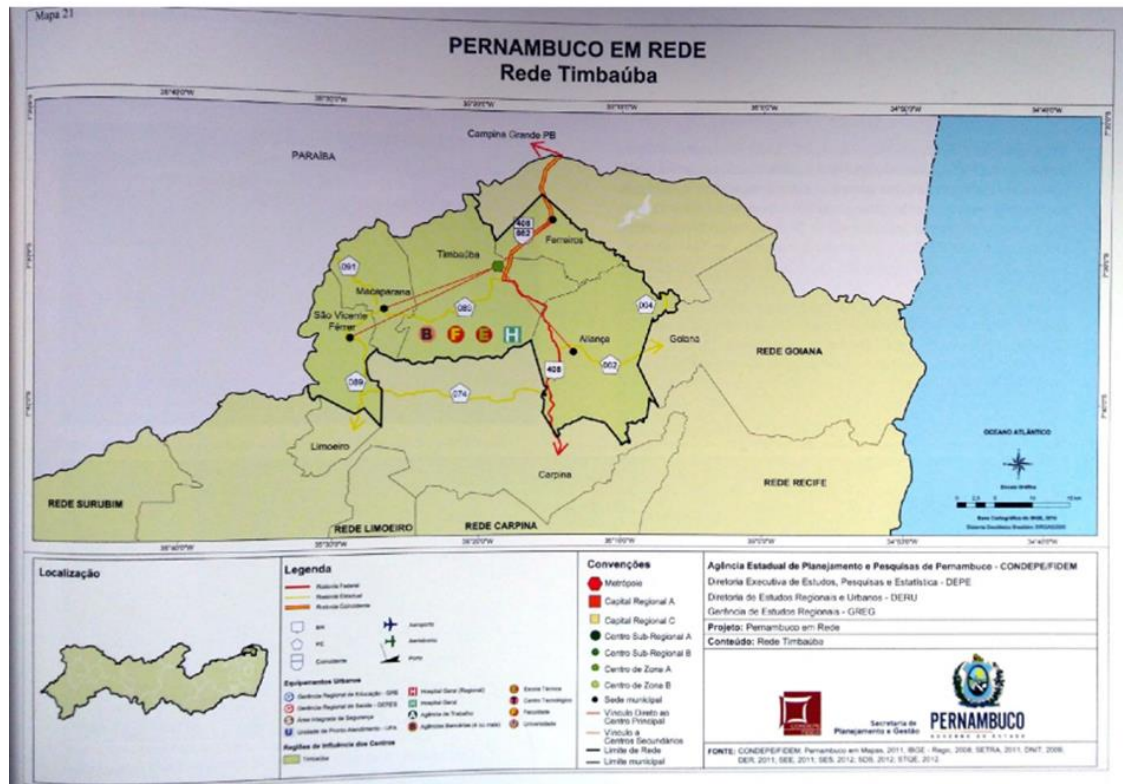
No Censo Agropecuário de 2006/IBGE foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros (FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUE, 2009).

A agricultura familiar tem papel relevante na base econômica de 90% municípios brasileiros, além disso, ajuda a garantir a segurança alimentar e a erradicação da fome; gera emprego, renda e evita o êxodo rural, mantendo assim tradições e saberes populares, conseqüentemente, melhora não só o ambiente local, mas também, fortalece a rede de cidades (PNUD/BRA/98/012, 1999).

(...) As cidades relacionam-se, através de ligações rodoviárias, fluviais e aéreas, gerando o deslocamento de pessoas, bens e serviços, constituindo redes urbanas e regiões de influência. Atualmente, essas redes podem também ser conformadas por deslocamentos virtuais, sobretudo, pela internet. A rede urbana é um fenômeno eminentemente regional, que se materializa no espaço como um reflexo dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, políticos e econômicos, ao longo do tempo." (SANTOS, 2016, p.28).

Segundo Freitas e Miranda (2012), de acordo com os dados do Pernambuco em Rede, o município de Aliança faz parte da chamada Rede Timbaúba, que é formada por cinco cidades, sendo assim, pelo núcleo – o próprio município de Timbaúba e por sua região de influência que é composta pelos quatro municípios, Aliança, Ferreiros, Macaparana e São Vicente Férrer (figura 2).

Figura 2 – Mapa Rede Timbaúba - PE



Segundo Freitas e Miranda (2012), pôde-se observar através da configuração espacial da rede que Timbaúba, que possui uma posição praticamente central, de modo que não existem grandes distâncias entre o núcleo (o município de Timbaúba) e as demais cidades que formam a rede. Outro fato importante é que a localização desta rede é próxima à capital (Recife), ainda assim, ela apresenta dificuldade de expansão e reduzida abrangência, por outro lado, aspectos da configuração espacial tende a beneficiar a dinâmica da produção da rede.

Para acessar as cidades que compõem a rede, a principal rodovia, é a BR 408. Aliança é margeada pela BR 408 e pela PE 062, esta segunda rodovia liga o município até a BR 101 que dá acesso ao litoral sul da Paraíba e conseqüentemente a capital João Pessoa, bem como, as cidades do litoral norte pernambucano, e também, é mais uma opção para chegar até Recife. Pode-se notar que Aliança está estrategicamente posicionada e equidistante às capitais da Paraíba e de Pernambuco.

Segundo dados do IBGE/Censo demográfico de 2010, o município de Aliança tinha 37.415 habitantes em seu território, sendo 20.247 na área urbana e 17.168 na área rural.

No que tange aos equipamentos urbanos funcionais, em Aliança, há uma unidade mista de saúde, para atendimentos de baixa complexidade. Havendo pacientes de risco e alta complexidade, os mesmos são encaminhados para cidades vizinhas, a exemplo de Timbaúba e Nazaré da Mata, onde há equipamentos hospitalares, ou até mesmo, estes pacientes são direcionados a Recife. Em relação à infraestrutura urbana, 55,8% dos domicílios possuem esgotamento sanitário adequado, 47,6% das vias públicas são arborizadas e 4,8% das vias possuem urbanização.

Ainda de acordo com dados do IBGE sobre a educação municipal, foram realizadas 1.024 matrículas para o ensino médio em 2018. Há 26 estabelecimentos de ensino fundamental e 4 de ensino médio. Não há universidade, faculdade ou escolas técnicas. Existem faculdades e universidades nas cidades vizinhas de Timbaúba, Carpina, Goiana e Nazaré da Mata, esta última, possui uma universidade pública estadual. A gestão municipal de Aliança, oferece aos estudantes transporte público gratuito universitário para as cidades vizinhas, bem como, para Recife e João Pessoa, a fim de minimizar esta lacuna de não possuir ensino técnico e universitário a nível municipal.

Desta forma, podemos concluir que para a promoção do desenvolvimento sustentável dentro dos assentamentos da reforma agrária, faz se necessária a aplicação e o acesso massivos das políticas públicas já existentes no âmbito da agricultura familiar, bem como, trabalhar de forma integrada entre os entes públicos e privados. Ainda vale ressaltar que a rede de cidades tem papel fundamental para a dinâmica e para o desenvolvimento dos empreendimentos da agricultura familiar no território. As relações entre mercados produtores próximos e consumidores são muito benéficas para toda cadeia produtiva. Além de baratear a produção, os alimentos chegam mais rápido, a um menor custo, e com maior qualidade à mesa da população.

Para efeito de apresentação, o projeto está estruturado em nove capítulos. Nos três primeiros capítulos, que são eles: Introdução, Problema e Justificativa, discorreremos sobre a motivação para elaboração deste projeto, localização e delimitação da área de abrangência e rede de cidades. No 2º capítulo houve as considerações acerca do Problema e elaboração da figura dos Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Seguidos dos Objetivos, Revisão de Literatura, Metodologia, Cronograma, Recursos Necessários e Resultados Esperados.

2 PROBLEMA

Nos assentamentos Ajudante e Maré estão vivendo 95 famílias de agricultores familiares, onde são produzidas diversas culturas com ênfase para as raízes, frutas, leguminosas, além da criação de galinhas, bovinos e suínos. O nível de escolaridade predominante é baixo. A produção está sendo vendida para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); além de que uma parcela dos agricultores comercializa também na feira livre semanal do município. Grande parte da produção da agricultura familiar fica nas mãos dos atravessadores, geralmente, a preços muito baixos, que não cobrem nem o custo da produção dos alimentos.

Desta forma, **como fomentar o desenvolvimento social e econômico sustentável, reduzindo as desigualdades e aumentando a renda das 95 famílias dos assentamentos Ajudante e Maré do município de Aliança – PE?**

De acordo com Silva e Vieira (2016), para propor um trabalho de desenvolvimento agrícola sustentável, devem ser considerados os níveis de pobreza no meio rural, bem como, a degradação do meio ambiente.

A verdadeira sustentabilidade será obtida quando os pequenos produtores incrementarem seu acesso a terra, aos recursos e a uma tecnologia apropriada para manejá-los adequadamente e se organizarem para assegurar o controle dos recursos e o acesso aos mercados (SILVA; VIEIRA, 2016).

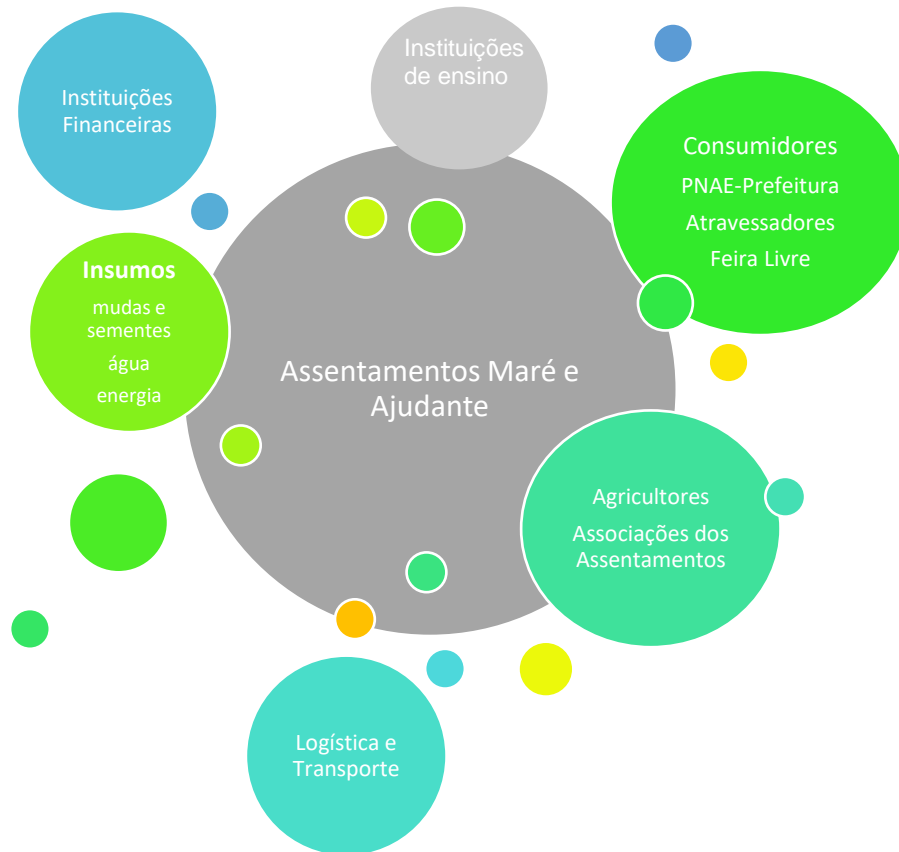
Neste sentido, para os agentes públicos locais, fica a missão de articular, juntos aos parceiros e órgãos das mais variadas esferas, ações para a melhoria da produção agrícola, conseqüentemente, gerando ou elevando a renda desses agricultores. O baixo índice de escolaridade e instrução é latente. Além de promover o aumento da escolaridade, se faz necessário, a capacitação técnica dos agricultores, bem como, de seus filhos para que estes possam utilizar novas técnicas no cultivo dos produtos.

Durante visitas técnicas aos assentamentos do município de Aliança - PE, que compuseram o diagnóstico do projeto intitulado “Feira Livre de Aliança” de 2018; observaram-se as potencialidades da agricultura familiar, mas também, as lacunas existentes para que as famílias assentadas possam, de fato, viver do seu cultivo. São diversas as deficiências existentes, a mais notória foi a má distribuição de água. A maioria das áreas possui aquíferos, mas existe escassez de equipamentos de

captação e distribuição de água, e também de irrigação. A falta de informação para acesso ao crédito gera grandes problemas socioeconômicos nos assentamentos. Identificar as diversas lacunas existentes e propor intervenções se faz de extrema importância neste cenário para o incentivo à permanência do homem do campo no meio rural

Para os pesquisadores da RedeSist que formularam o “Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais” (ASPIL) em 2004, o termo arranjos produtivos locais, pode ser conceituado como aglomerações territoriais de agentes econômicos, sociais e políticos, focando em um conjunto específico de atividades econômicas, apresentando vínculo de interdependência. Por outro lado, os sistemas produtivos e inovativos locais são arranjos produtivos que possuem interdependência, vínculos e articulação de forma consistente, resultando em interação, aprendizagem e cooperação, possibilitando a capacidade inovativa em processos, produtos e formatos organizacionais, fomentando a capacidade competitiva na esfera empresarial, além de fomentar a capacitação social (REDESIST, 2004).

Planejar a cadeia produtiva dos assentamentos, identificando, quem depende de quem para que esta possa funcionar plenamente auxilia na formação de um arranjo cooperativo. Desta forma para a formação da figura do ASPIL delimitamos seis eixos principais: agricultores representados pelas respectivas associações; os consumidores através da Prefeitura com as compras públicas e a merenda escolar, além da feira livre semanal e os atravessadores, que por muitas vezes, compram os produtos oriundos da agricultura familiar a preços irrisórios, assim, enfraquecendo a cadeia produtiva (figura 3). A logística e o transporte dos insumos e dos produtos estão fortemente relacionados ao sucesso ou ao fracasso da atividade.

Figura 3 - Figura do ASPIL

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

3 JUSTIFICATIVA

Segundo dados da pesquisa "A Escalada da Desigualdade" de 2019, realizada por Marcelo Neri do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas – FGV tem sido demonstrado que a desigualdade no mercado de trabalho aumentou pelo 17º trimestre consecutivo e atingiu seu nível maior em pelo menos sete anos. O índice de Gini, que mede a desigualdade, alcançou 0,627, o maior nível da série histórica desde 2012, quando esta série teve início. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. Pesquisador do FGV/IBRE, ainda afirma que a desigualdade fica mais evidente quando se observa a renda individual do trabalhador, bem como, a renda por domicílios (FGV IBRE, 2019).

O município de Aliança, a exemplo de vários outros pequenos municípios nordestinos, vem sofrendo com a crise que atinge o mercado de trabalho. O Censo de 2010 aponta que, o salário mensal gira em torno de 1,6 salários mínimos para os trabalhadores formais. Já o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 50,5 %, ou seja, mais da metade da população do município vive com apenas meio salário mínimo. Aliança está na posição de número 94º dentre os municípios pernambucanos no que tange o PIB per capita e na posição 4410º dos 5570 municípios brasileiros e índice de GINI em 0,49 (IBGE, 2010).

Para diminuir as desigualdades econômicas e sociais das 95 famílias assentadas, além das políticas públicas já existentes, a prefeitura municipal transporta a produção dos agricultores todos os sábados para a feira semanal sem custo; além disso, os agricultores que são feirantes receberão novo fardamento. A gestão municipal levará parte dos agricultores familiares para a AGRINORDESTE, feira de negócios do ramo da agropecuária. Há ainda, assistência técnica gratuita dada por um dos engenheiros agrônomos do quadro de funcionários da prefeitura, porém, insuficiente para atender às demandas do grande número de agricultores.

Atualmente, as políticas públicas federais da agricultura vigentes são: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aceleração do Crescimento - 2ª etapa (PAC2), GARANTIA SAFRA, é uma ação do PRONAF inicialmente voltada para municípios do semiárido, mas que posteriormente foram incluídos outros municípios que atestem perdas sistêmicas da safra em decorrência da seca

ou do excesso de chuvas. Garantir e ampliar o acesso às políticas públicas é uma das premissas deste PI. Consequentemente, ao melhorar a qualidade técnica da produção, a renda dos agricultores irá aumentar. A metodologia deste Projeto será testada e poderá servir como exemplo para os demais assentamentos de Aliança, e também, para as cidades vizinhas.

As etapas deste projeto estão pautadas nas premissas dos ODS, com destaque para os seguintes objetivos:

ODS 1 – Erradicação da pobreza. A erradicação da pobreza contínua ainda a ser um desafio para diversas nações no mundo. Este PI objetiva minimizar os índices de pobreza e desigualdades no meio rural, mais especificamente nos assentamentos Maré e Ajudante.

ODS 2 – Fome zero e Agricultura Sustentável. Extinguir a fome, alcançando a segurança alimentar, melhorando a nutrição e promovendo a agricultura sustentável.

ODS 6 – Água potável e saneamento - Garantir o acesso, a disponibilidade e a gestão da água e saneamento.

ODS 7 - Energia acessível e limpa - Assegurar o acesso à energia de forma universal, sustentável, confiável, moderno com preços justos.

ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico - Fomentar o crescimento econômico sustentado, sustentável e inclusivo, garantir o emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos e todas.

ODS 10 – Redução das desigualdades - Reduzir as variadas formas de desigualdade.

ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis - Tornar as cidades e os assentamentos seguros, inclusivos, sustentáveis e resilientes.

ODS 12 – Consumo e produções responsáveis - Assegurar que os padrões de produção e consumo sejam sustentáveis.

ODS 17 – Parcerias e meios de implementação - Tornar os meios de implementação e revitalizar as parcerias para o desenvolvimento sustentável.

São diversos os desafios existentes a serem enfrentados, mas com o direcionamento através deste PI, acreditamos que os agricultores dos assentamentos serão beneficiados nos aspectos econômicos e sociais, e que, além disso, a desigualdade será reduzida e a renda das famílias poderá aumentar.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Identificar e aplicar ações para fomentar o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável, melhorar a renda e diminuir as desigualdades das famílias assentadas, segundo o olhar dos ODS, nos assentamentos Maré e Ajudante, no município de Aliança - PE.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aplicar métodos de diagnóstico participativo para auferir a capacidade técnica e socioeconômica dos assentamentos, além de elaborar diagnóstico ambiental;
- Levantar as demandas técnicas dos assentamentos;
- Articular parceria junto aos órgãos competentes nas diversas áreas de atuação do projeto;
- Cadastrar e orientar os agricultores para a formalização;
- Incentivar e estimular a produção da agricultura familiar local;
- Monitorar a evolução de parâmetros econômicos, sociais e ambientais dos assentamentos;
- Diagnosticar a situação do acesso e distribuição de água nos assentamentos, bem como, gerar meios para fomentar a melhor distribuição deste recurso que é fundamental para a atividade da agricultura familiar, através do bombeamento da água dos rios e riachos, construir soluções como poços e cisternas;
- Pesquisar e viabilizar formas sustentáveis e econômicas de geração de energia, a exemplo da energia solar;
- Diagnosticar de forma mais profunda a situação do acesso e distribuição à água nos assentamentos, bem como, gerar meios para minimização por meio dos incentivos dos bancos públicos específicos a área de irrigação nas propriedades rurais e mais especificamente aos créditos dados a agricultores familiares assentados da reforma agrária;
- Sistematizar os dados gerados pelo PI e divulgar os resultados

especialmente junto aos agricultores dos assentamentos e aos órgãos públicos envolvidos com o Projeto.

5 REVISÃO DE LITERATURA

Através do trabalho concebido em parceria com o SEBRAE, ADDIPER e Secretaria de Desenvolvimento Econômico municipal “Projeto Feira Livre de Aliança” de 2018, foi dado o passo inicial para atendimento às demandas dos agricultores de forma mais consistente e planejada, onde, os agricultores receberam capacitação técnica nas diversas áreas como: gestão financeira, manipulação de alimentos, produção no campo, etc. Além disso, a prefeitura municipal leva a produção dos agricultores para a feira semanal sem custo. Há ainda, assistência técnica gratuita dada por um dos engenheiros agrônomos do quadro de funcionários da prefeitura, porém, insuficiente para atender às demandas do grande número de agricultores.

As políticas públicas a nível federal para agricultura familiar são um forte instrumento de garantia dessa atividade, que foi reconhecida através da Lei 11.326 de julho de 2006, e serviu de base para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar. Esta atividade por muito tempo foi negligenciada e produtores rurais eram orientados a modernização, sendo as políticas públicas focadas nos grandes produtores.

(...) Assim, desconsiderou-se uma multiplicidade de estratégias de atuação da agricultura familiar no campo da economia territorial. Somente em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado para favorecer - lhes de fato. O Pronaf surgiu como resultado das muitas reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Atualmente, o Pronaf alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres (SILVA, 2011, p. 127).

O conceito de sustentabilidade tem relação com a busca do equilíbrio entre as necessidades humanas, o meio ambiente buscando entender as complexas dinâmicas e interações.

O desenvolvimento sustentável dentro da agricultura familiar em contraponto à agricultura convencional busca o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais, em sua maioria, procurando a transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO et al., 2009).

Além do aspecto da diversidade produtiva que uma determinada propriedade familiar possa ter, a agricultura familiar, de modo geral, tem perfil mais distributivo em relação a agricultura convencional, deste modo, fortalece e beneficia um maior número de agricultores com a utilização de sua mão de obra.

Mesmo tendo essa relevância importância, a agricultura familiar, enfrenta desafios para responder a competitividade à agricultura convencional. Em fase disso, se faz necessário fomentar a capacitação técnica dos pequenos agricultores, para que assim, eles possam entrar no mercado de forma um pouco mais justa.

(...) Acredita-se, como premissa, que para se enfrentar os desafios do desenvolvimento local sustentável deve-se centrar esforços na participação dos produtores e na descentralização sistemática dos aparelhos decisórios. As políticas específicas devem variar em função das peculiaridades regionais e locais, e da promoção prioritária de atividades geradoras de empregos, capazes de assimilar e incorporar tecnologias e conhecimentos que maximizem o aproveitamento de todos os recursos, desde energéticos a naturais e humanos, devolvendo novos produtos para os mercados internos e externos. O princípio da participação e descentralização tem como base ações de valorização do papel ativo dos diversos atores sociais locais, representativos na formulação, implementação e monitoramento das ações de desenvolvimento. (ROSA, 1999, p. 1)

O acesso ao crédito rural é uma importante força motriz para o incentivo ao pequeno produtor. Uma das principais linhas de crédito é o PRONAF. A situação de acesso ao crédito no município de Aliança vem oscilando ao longo dos anos no que tange o número de contratos versus o valor total de crédito contratado. Outro ponto-chave para o funcionamento do cultivo da agricultura familiar é a água.

Segundo dados do monitoramento pluviométrico da Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC) (2016), o município tem a média anual de precipitação pluviométrica de 1190mm, estado acima do índice de 800mm, que é um dos critérios definidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, para enquadramento das cidades no perímetro do Semiárido, contudo, os assentamentos em questão tem problemas consideráveis de irrigação, que são agravados nos meses de estiagem. Políticas públicas para o abastecimento e irrigação e energia solar e soluções já implantadas (APC, 2016).

(..) Um processo participativo deve proporcionar a oportunidade de auto-avaliação de si e da cultura do grupo a que pertence, capacidade reflexiva sobre os efeitos de vida cotidianos, capacidade de criar e recriar não somente objetivos materiais, mas, também, e, fundamentalmente, criar e recriar formas novas de vida e de convivência social. As técnicas de diagnóstico e planejamento participativo devem valorizar, por sua vez, o processo de obtenção de informações. É importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política no seio da comunidade. (SOUZA, 2009, p.36)

6 METODOLOGIA

Etapa 1

A coleta de dados se deu a partir de um projeto prévio intitulado “Projeto Feira Livre de Aliança”, onde, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, através de parceria com o SEBRAE de Pernambuco ADDIPER.

A necessidade inicial de intervenção, que culminou no projeto acima mencionado, foi realizada através de pesquisa de campo para coleta de informações, bem como, realização de cadastro dos feirantes orientados por um consultor externo do SEBRAE, com isso, tivemos uma visão geral da situação da feira livre.

A partir disso, no projeto inicial, trabalhamos com os feirantes, mas também, com os agricultores familiares, estes que são o foco principal deste projeto de intervenção. Após o diagnóstico inicial do “Projeto Feira Livre de Aliança” 2018, realizado apenas na feira, seguimos para as áreas rurais, realizando então, as visitas *in loco*, nos assentamentos da reforma agrária. (Imagens no Anexo)

Durante do “Projeto Feira Livre de Aliança” de 2018, foram visitados 9 assentamentos da reforma agrária. Cada assentamento possui suas peculiaridades e características de cultivo dos produtos da terra e criação de animais. A escolha dos assentamentos para este projeto se deu de forma empírica, sendo eles - Maré e Ajudante, estes são assentamentos vizinhos, com características e potencialidades e pontos fracos semelhantes. Nas visitas *in loco* foram feitos registros fotográficos, rodadas de conversa, escuta ativa do relato dos assentados sobre o histórico do assentamento, bem como, de suas necessidades sociais, econômicas e ambientais.

Durante as visitas técnicas do Projeto que inspirou este PI, atuaram consultores do SEBRAE das áreas de associativismo, marketing, planejamento estratégico, finanças, além dos funcionários da prefeitura municipal, das secretarias de agricultura e desenvolvimento econômico. Houve também, uma consultoria para obtenção do selo da agricultura familiar. Muito foi feito, mas há ainda muito a se fazer. O trabalho além de ter ficado inacabado gerou novos questionamentos, novas inquietações, desta forma, surgiu à ideia deste projeto

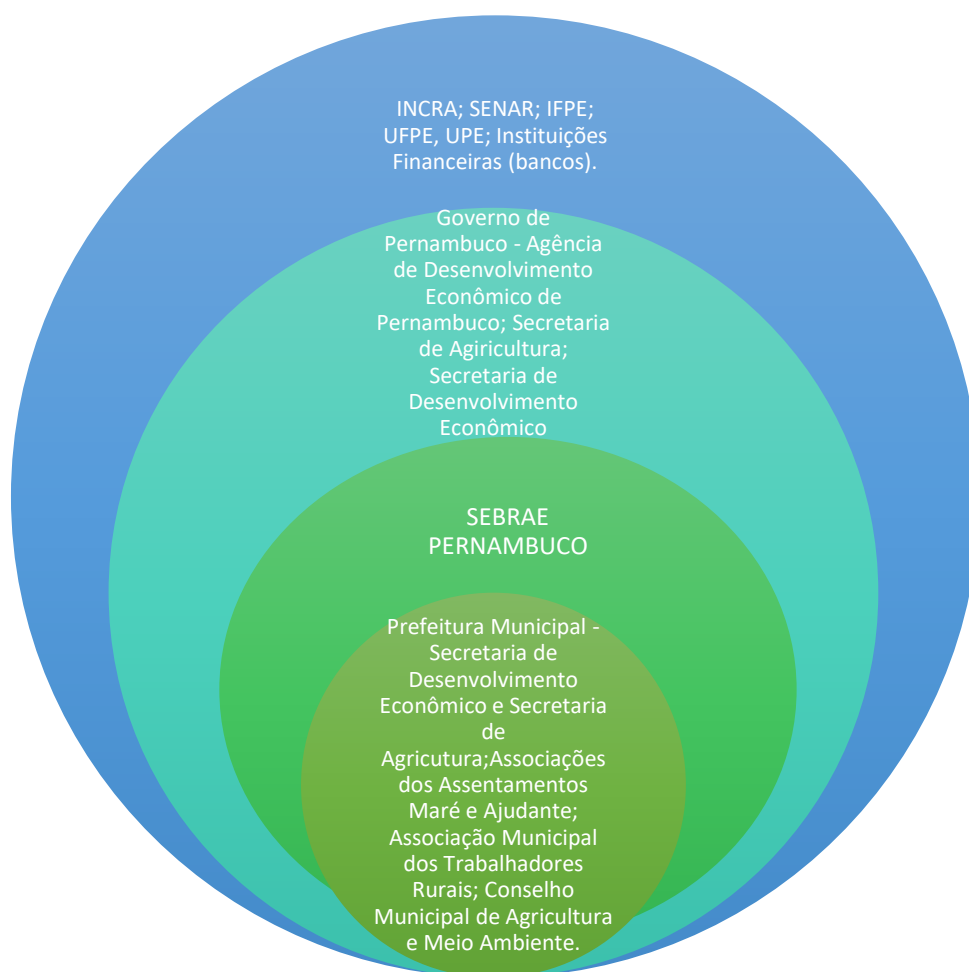
Etapa 2

Faremos a interlocução com o público-alvo, através dos representantes das associações dos assentamentos. O assentamento Maré tem a Associação Miguel Arraes, já no assentamento Ajudante a associação se chama Luiz Gonzaga. Somados os números de famílias dos dois assentamentos chega a 95 (noventa e cinco). Além das secretarias protagonistas; articularemos junto ao Conselho Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ações integradas para a boa elaboração e a futura execução deste PI, também nesta etapa, será elaborado o diagnóstico participativo junto aos assentados.

A governança local vem a trabalhar com aspectos voltados a inclusão social e democratização, reconhecendo também, a importância da coordenação. O fomento, a promoção e a inclusão social nos processos decisórios se faz bastante necessário para o sucesso do PI.

Além do engajamento em nível local, a parceria com o Sistema S, mais especificamente o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE e com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco - ADDIPER, é essencial para a realização do projeto e as instituições de financiamento e com as instituições de ensino e aprendizagem e centros de pesquisa (figura 4).

Para composição do mapa institucional deste PI, teremos como protagonistas por parte do executivo municipal a Secretaria de Desenvolvimento Econômico em conjunto com a Secretaria de Agricultura do município de Aliança - PE.

Figura 4 - Mapa Institucional

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Etapa 3

Nesta etapa será feito o plano de ação para atendimento das demandas dos agricultores e demais moradores dos assentamentos no que diz respeito a concessão de crédito juntos aos bancos, assistência técnica e capacitação, comercialização, etc.

Etapa 4

Nesta última etapa, será realizada a avaliação do PI juntamente com os assentados sempre pensando na gestão participativa e na melhoria contínua.

7 CRONOGRAMA

Etapas	Data de entrega da etapa	Responsáveis
Planejamento		
Divulgação do início do Projeto nas Secretarias e Órgãos envolvidos	22/10/2019	Sec. Des. Econômico Sec. Agricultura Comunicação
Reunião Preparatória entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Secretaria de Agricultura	29/10/2019	Sec. Des. Econômico Sec. Agricultura
Reunião nos assentamentos com os representantes das secretarias, bem como, com os representantes dos assentamentos.	05/11/2019	Sec. Des. Econômico Sec. Agricultura
Articulação para parceria com os órgãos competentes	12/11/2019	Sec. Des. Econômico Sec. Agricultura
Assinatura do termo de Cooperação entre os parceiros	19/11/2019	Sec. Des. Econômico SEBRAE/ADDIPER
Levantamento final das demandas	22/11/2019	Sec. Des. Econômico SEBRAE
Execução		
Contratação dos cursos	25/11/2019	Sec. Des. Econômico SEBRAE
Contratação do material de apoio	27/11/2019	Sec. Des. Econômico SEBRAE
Início das Atividades do Projeto junto aos agricultores <i>in loco</i>	07/01/2020	Sec. Des. Econômico SEBRAE Sec. Agricultura
Curso para criação de aves	02/03/2020	SEBRAE/SENAC/SENAR
Curso para criação de bovinos	09/03/2020	SEBRAE/SENAC/SENAR
Curso de produção de doces e compotas	16/03/2020	SEBRAE/SENAC/SENAR
Curso educação financeira para agricultores	23/03/2020	SEBRAE/SENAC/SENAR
Evento de encerramento e celebração dos resultados	04/12/2020	Sec. Des. Econômico SEBRAE Sec. Agricultura
Monitoramento e Melhorias		

Início do monitoramento das ações	04/11/2019	Sec. Des. Econômico SEBRAE
Fim do monitoramento das ações	20/12/2020	Sec. Des. Econômico SEBRAE
Início das ações de melhorias contínuas	20/10/2019	Sec. Des. Econômico SEBRAE
Fim das ações de melhoria	20/12/2020	Sec. Des. Econômico SEBRAE

O cronograma de execução do PI detalha as etapas macro. À partir da assinatura do termo de cooperação/convênio junto aos parceiros estratégicos, poderemos alterar o cronograma para melhor atender às demandas específicas.

8 RECURSOS NECESSÁRIOS ESTIMADOS PROVISÓRIOS

Recurso	Descrição
1 Automóvel – Carro (cedido pela prefeitura municipal)	Automóvel para deslocamento durante todo o decorrer do projeto. Utilização para locomoção da equipe durante o diagnóstico, visitas técnicas e durante as capacitações.
4 Resmas de Papel (cedido pela prefeitura municipal)	Impressão de documentos e fichas de cadastro, dentre outros.
1 Impressora (cedido pela prefeitura municipal)	Impressão de documentos e fichas de cadastro, dentre outros.
1 Telefone móvel (cedido pela prefeitura municipal)	Será utilizando para preparação para convidar membros das reuniões, falar com os agricultores, etc.
Curso para criação de aves	Contratar curso com 24h/aula para criação de aves (galinha caipira)
Curso para criação de bovinos	Contratar curso com 24h/aula para criação de bovinos
Curso de produção de doces e compotas	Contratar curso com 24h/aula para produção de doces e compotas
Curso educação financeira para agricultores	Contratar curso com 24h/aula de educação financeira no campo

As contratações e aquisições necessárias estão descritas no orçamento abaixo, além destas, contaremos com recursos e insumos advindos da gestão municipal e dos parceiros e não serão contabilizados no orçamento preliminar, mas foram descritos no item “Recursos Materiais Necessários”.

Com relação às capacitações e treinamentos, os mesmos, serão ministrados e pagos diretamente pelos parceiros estratégicos.

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS					
Projeto Desenvolvimento Sustentável nos assentamentos Maré e Ajudante no município de Aliança-PE					
					DATA BASE: ABRIL 2019
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UND.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	
1.0	SERVIÇOS				
1.1	Contratação de 01 palestrante para o evento de lançamento do projeto	HR	1,00	417	
1.2	Tela de projeção	UND	1,00	38,08	
1.3	Projektor	UND	1,00	146,88	
1.4	Notebook	UND		196,02	
1.5	Contratação de consultoria para elaboração do Diagnostico	HR	100,00	7.300,00	
2.0	PRODUTOS				
2.1	Banners	UND	2,00	96	
2.2	Faixas	UND	2,00	360	
2.3	Camisas	UND	2,00	2.312,80	
2.4	Folder	UND	236	285	
2.5	Painel	UND	300	881,35	
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS OU PRODUTOS					12.033,13

9 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultados decorrentes da execução deste Projeto esperamos cadastrar e orientar 95 famílias dos dois assentamentos no sentido da profissionalização e formalização de suas atividades agrícolas, além disso, podemos elencar os resultados à seguir;

- Capacitar 70% dos agricultores assentados em idade ativa;
- Identificar e aplicar ações para fomentar o desenvolvimento sustentável, segundo o olhar dos ODS, nos assentamentos Maré e Ajudante em parceria com os órgãos e entidades estratégicos;
- Promover à articulação das parcerias junto aos órgãos competentes nas diversas áreas de atuação do projeto;
- Realizar diagnóstico socioeconômico e de capacidade técnica dos dois assentamentos;
- Promover o incentivo e estímulo ao crescimento da agricultura familiar local através das políticas públicas específicas do setor, além disso, ter minimizado as desigualdades sociais e a falta de renda;
- Monitorar a evolução dos parâmetros econômicos, sociais e ambientais. Sistematizado os dados e divulgados os resultados da implantação deste PI como forma de estimular projetos semelhantes a esse em outras áreas do município.
- Levantar junto aos bancos de crédito, a exemplo do Banco do Nordeste, a fim de identificar a situação de antigos acessos às linhas de crédito fornecidas pelo banco aos agricultores da reforma agrária. Incentivando a orientação do bom uso do crédito concedido e a regularização dos inadimplentes com intuito de que estes agricultores possam vir a fazer novos empréstimos;
- Pactuar uma solução para o *déficit* hídrico dos assentamentos e para financiar as obras e equipamentos de irrigação dos assentados;
- Estudar e discutir junto aos órgãos e gestores competentes meios de uma possível utilização e aquisição de equipamentos para geração de energia solar nos assentamentos alvos deste PI;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAC – Agência de Pernambuco de águas e climas. *Monitoramento Pluviométrico* [online]. Disponível em: <http://www.apac.pe.gov.br/meteorologia/monitoramento-pluvio.php>. [Capturado em: 10 de agosto de 2019].

BOJANIC, Alan. Iniciativa regional da FAO aponta agricultura familiar como promotora do desenvolvimento rural sustentável e a agenda 2030. *FAO no Brasil* [online], Brasil, 13 de out. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1043666/>. [Capturado em: 10 de agosto de 2019].

BRASIL, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 11.326 de 24 julho de 2006 Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Capturado em: 20 de agosto de 2019].

FGV IBRE- Instituto Brasileiro de Economia. Levantamento do FGV IBRE aponta desigualdade recorde na renda do trabalho [online]. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/navegacao-superior/noticias/levantamento-do-fgv-ibreaponta-desigualdade-recorde-na-renda-do-trabalho.htm>. [Capturado em: 10 de agosto de 2019].

FGV SOCIAL – Centro de Políticas Sociais. *Alta da desigualdade* [online]. Disponível em: <https://cps.fgv.br/destaques/alta-da-desigualdade-chega-17-trimestresconsecutivos-aponta-fgv-social>. [Capturado em: 10 de agosto de 2019].

FRANÇA, C. G.; DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V, A. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009, p. 20.

FREITAS, Ruskin Marinho de; MIRANDA, Georgia Cavalcanti Alves de. *Pernambuco em rede: caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas*. Recife, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Brasil, 2010 Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/alianca/panorama>. [Capturado em: 22 de agosto de 2019]

SANTOS, Alessio Moreira. Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. *Interações (Campo Grande)*, v.13, n.1, 2016.

SILVA, Sandro Pereira. Políticas Públicas, Agricultura e Desenvolvimento Territorial. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n.58, São Paulo, 2011.

SILVA, V. C. S; VIEIRA, I. C. G. Barômetro da Sustentabilidade aplicado a assentamentos rurais do leste do Estado do Pará, Brasil. *Desenvolvimento. Meio Ambiente*, v. 36, p. 201-221, Belém, 2016

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. A utilização de metodologias de diagnóstico e planejamento participativo em assentamentos rurais: o diagnóstico rural/rápido participativo (DPR). *Em extensão*, v. 8, n. 1, p.34 -47, Uberlândia, 2009.

ROSA, Sueli L. Couto. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. Foz do Iguaçu, 1999 Disponível em:
<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/agricfamiariadesenvolvlocalsustentavel.pdf>. [Capturado em: 07 de outubro de 2019]

TOMASETTO, M. Z. C.; LIMA, J. F.; SHIKIDA, P. F. A. Desenvolvimento local e agricultura familiar: o caso da produção de açúcar mascavo em Capanema - Paraná. *INTERAÇÕES*, v. 10, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2009.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. *PROJETO FEIRA LIVRE DE ALIANÇA*. Recife, 2018.

ANEXOS

Fotografia 1: Curral no Assentamento Maré



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 2: Galinheiro no Assentamento Maré



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 3: Agrovila no Assentamento Maré



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 4: Agrovila e parcela no Assentamento Maré



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 5: Agrovila e parcela no Assentamento Maré com cisterna



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 6: Agrovila e parcela no Assentamento Maré



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 7: Equipe de consultores e Secretaria



Fonte: acervo pessoal do autor

Fotografia 8: Equipe Projeto Feira Livre e Agricultores em Ajudante



Fonte: acervo pessoal do autor